



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CCBS – CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

DANYELY MÁRCYA SILVA MARINHO

DESAFIOS DE PROFESSORES DE BIOLOGIA NA EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS - EJA

CAMPINA GRANDE – PB
DEZEMBRO – 2018

DANYELY MÁRCYA SILVA MARINHO

**DESAFIOS DE PROFESSORES DE BIOLOGIA NA EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS - EJA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado a Coordenação do Curso de
Ciências Biológicas, como requisito para
obtenção do grau de licenciada em
Ciências Biológicas.

Orientadora: Érica Caldas S. de Oliveira

CAMPINA GRANDE – PB

DEZEMBRO – 2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M338d Marinho, Danyely Márcya Silva.
Desafios de professores de biologia na Educação de Jovens e Adultos - EJA [manuscrito] / Danyely Márcya Silva Marinho. - 2018.
42 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 2018.
"Orientação : Profa. Dra. Érica Caldas Silva de Oliveira , Departamento de Biologia - CCBS."
1. Ensino de Biologia. 2. Educação de Jovens e Adultos - EJA. 3. Formação docente. 4. Evasão escolar. I. Título
21. ed. CDD 374

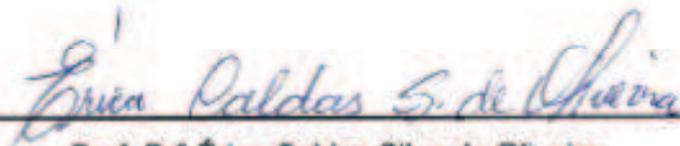
DANYELY MÁRCYA SILVA MARINHO

**O DESAFIO DOS PROFESSORES DE BIOLOGIA NA EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS - EJA**

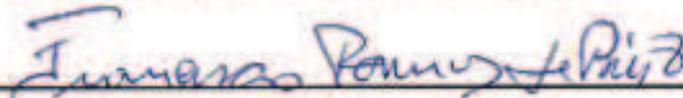
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado a Coordenação do Curso de
Ciências Biológicas, como requisito para
obtenção do grau de licenciada em
Ciências Biológicas.

Aprovada em: 06 / 12 / 2018

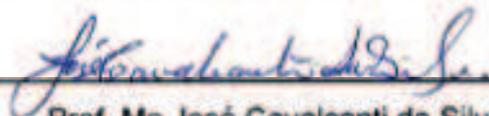
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr^a Érica Caldas Silva de Oliveira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Esp. Francisco Ramos de Brito
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me José Cavalcanti da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

“Nós educadores temos que ter o compromisso profissional e a responsabilidade social de ofertar, aos nossos aprendizes o melhor que podemos fazer na busca incessante de prepará-los adequadamente para viver como verdadeiros cidadãos, diante do contexto das interfaces da Web”.

(A autora)

AGRADECIMENTOS

Como já dizia Anitelli: “Sonho parece verdade quando a gente esquece de acordar”. Hoje, vivo uma realidade que parece um sonho, mas foi preciso muito esforço, determinação, paciência, perseverança, ousadia e maleabilidade para chegar até aqui, e nada disso eu conseguiria sozinha.

Serei eternamente grata a Deus por tê-lo em meu coração e por ter me proporcionado as maiores alegrias como a conclusão deste trabalho. Sem Ele, nada sou!

Gostaria de agradecer imensamente ao meu pai, meus irmãos e em especial a minha mãe Carminha (Maria do Carmo), uma mulher lutadora, que não poupou esforços para que eu concluísse esse projeto e que sempre dedicou a sua vida pela felicidade de seus filhos. Imensamente grata por todo sacrifício para me proporcionar uma melhor educação. Essa vitória é nossa!

Agradeço ao meu esposo, Richard, que sempre me apoiou e me deu força para vencer as dificuldades durante a graduação. Aos meus filhos, pela oportunidade de experimentar a mais pura forma de amor revelando-me a certeza de que todos os dias, ao lado deles, são maravilhosos. E abrindo um parêntese para agradecer, principalmente a minha filha, Nicole Marinho Macedo, que embora não tivesse conhecimento, no tempo tinha 02 anos de idade, lutou comigo indo para as aulas à noite, permitindo assim eu ter forças para realizar o meu sonho.

A Psicóloga Simone, pela compreensão, apoio, incentivos constantes e principalmente pelo carinho e companheirismo nos momentos em que a tarefa parecia grande, pesada demais, quase impossível, pude compartilhar de minhas angustias, inquietações, ansiedades e assim amenizá-las através da terapia para o melhor rendimento e desenvolvimento do trabalho de TCC.

À minha orientadora, prof. Érica Caldas, que acreditou em mim; que ouviu pacientemente as minhas considerações partilhando comigo as suas ideias e conhecimentos. Quero expressar o meu reconhecimento e admiração pela sua competência profissional por ser uma profissional extremamente qualificada e pela forma humana que conduziu minha orientação.

As amigas Nathallya Kelly e Amanda Priscila por torcerem e vibrarem com a minha conquista, aos familiares, professores (as) e todos aqueles (as) que cruzaram em minha vida, participando de alguma forma na construção e realização deste tão

desejado sonho de carregar o canudo de minha formatura (ingrediente fundamental para minha felicidade).

À todos vocês, meu muito obrigada.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo refletir sobre a história da alfabetização de jovens e adultos no Brasil, e sobre que é ensinar ciências biológica em uma turma da Educação de Jovens e Adultos. Também trato aqui a minha experiência de estágio supervisionado, onde através ao longo do semestre desenvolveu-se um cronograma de atividades com o objetivo de experimentar e compreender a realidade de um formando em seu estágio supervisionado, pois o contato diretamente com a comunidade escolar constitui-se numa experiência bastante significativa para o discente em formação.

Palavras-chaves: Biologia, Estágio Supervisionado, Jovens e Adultos.

ABSTRACT

The present study aims to reflect on the history of youth and adult literacy in Brazil, and on what it is to teach biological sciences in a group of Youth and Adult Education. I also deal here with my supervised internship experience, where through the semester a schedule of activities has been developed with the purpose of trying out and understanding the reality of a trainee in his or her supervised internship, since the direct contact with the school community constitutes, is a very significant experience for the trainee.

Keywords: Biology, Supervised Internship, Youth and Adults.

LISTA DE ABREVIATURAS

CEB – Câmara de Educação Básica

CES – Centro de Ensinos Supletivos.

CNE – Conselho nacional de Educação

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EDUCAR - Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos.

IES – Instituição de ensino superior

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB - Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério de Educação e Cultura

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

ALFASOL - Programa de Alfabetização Solidária -

PBA - Programa Brasil Alfabetizado

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Períodos dos Encontros das Atividades.....	32
Quadro 2 – Cronograma e conteúdos programáticos das aulas em 2011.....	33

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – UM BREVE HISTÓRICO	13
1.1 Projeto Mobral.....	15
1.2 Centro de Estudos Supletivo.....	16
1.3 Programa de Alfabetização Solidária	17
1.4 Pronera – Programa nacional de Educação na Reforma Agrária	18
1.5 Proeja – Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos	19
1.6 Programa Brasil Alfabetizado.....	20
2 A EJA NA ATUALIDADE E SEUS DESAFIOS	23
2.1 A observação na Legislação	23
2.2 A EJA e a Evasão Escolar	26
2.3 A Formação do professor de Biologia	27
3.1 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA	29
3.2 Breve caracterização dos Sujeitos	31
3.3 Cronograma de atividades	31
3.4 Recursos Metodológicos	34
CONCLUSÃO.....	37
REFERÊNCIAS	38

INTRODUÇÃO

Não é difícil encontrar textos e artigos que discutem sobre os desafios da docência na Educação de Jovens e Adultos (EJA) na atual conjuntura, principalmente quando se trata de Ciências Biológicas. Estes textos em sua maioria trazem à tona dois grandes desafios: Primeiro, as dificuldades encontradas no percurso da formação e depois da formação, a busca incessante por capacitações que o qualifique para o mercado de trabalho; Segundo, a sua atuação como professor em sala e sua relação, principalmente com os alunos. Este último desafio, se torna, com certeza, o que mais vai exigir do docente enquanto durar a sua carreira.

A Educação de Jovens e Adultos além dos desafios citados acima tem algo é que bastante interessante, pois é uma modalidade de ensino que tem ganhado cada vez mais espaço nas escolas públicas e, portanto, são necessárias pesquisas que mostrem como o currículo das instituições de ensino que formam professores tem instruído os mesmos para essa realidade.

Apesar desta modalidade possuir muitas particularidades, há uma que pouco se tem discutido, que é a formação específica, incluindo profissionais devidamente instruídos para lecionar em meio à diversidade, autonomia e experiência de vida desses alunos, que precisam ser levadas em consideração no processo de ensino e aprendizagem (MOURA, 2009; RIBAS; SOARES, 2012; VARGAS; FANTINATO, 2011).

Contudo, apesar de ser tão importante, não há um direcionamento na formação dos licenciados para trabalhar com a EJA, pois como formando de um curso de licenciatura em biologia não observamos no currículo do curso de licenciatura, uma disciplina que contemple especificamente essa modalidade.

Diante dessas especificidades, pesquisas demonstram que são necessários professores com uma formação específica para trabalhar nessa modalidade que é um tanto complexa como apontam Ribas e Soares (2012). Entretanto, Di Pierro (2003, p. 18) afirma que são raros os cursos de formação inicial de professores que oferecem opção de “habilitações específicas para essa modalidade educativa, ou até mesmo que contemplem em seu currículo conteúdos referidos a esse ciclo de vida e suas necessidades específicas de aprendizagem”.

Como estagiária, pude observar que ensinar no período noturno é uma realidade para muitos professores, portanto, discussões sobre a necessidade de uma preparação teórica para a EJA na formação inicial servem não apenas para possibilitar uma articulação entre teoria e prática no período dos estágios, mas também para demonstrar o quanto a formação precisa colaborar para a realização de uma boa prática profissional desses futuros professores.

Mesmo com todas as particularidades desta modalidade e as possibilidades teóricas de oferecer um ensino de qualidade para clientela da Educação de Jovens e Adultos, esbarramos naquilo que chamamos de uma “escola pública tradicional”. E quando falamos de uma “escola pública tradicional”, alguns teóricos traduzem assim:

[...] a educação tradicional pode ser caracterizada em um contexto rígido, onde o conteúdo didático não tinha nenhuma relação com o cotidiano do aluno, onde esse tinha função passiva no processo, sendo ouvinte e receptivo, devendo aprender sem questionar. O professor, por sua vez, era o dono da verdade, dotado de um saber absoluto e autoritário (SCORZONI; GOMES; BUENO, 2010, p.3- 4).

Pois em um contexto assim, o professor deve procurar de todas as formas criar uma aprendizagem crítica e transformadora, fundamentada em conceitos inovadores. E isso requer esforços e vários saberes.

Aquilo que é tão enfatizado nos escritos de Freire (1996) que para se romper com o tradicionalismo institucionalizado o professor precisa não somente transmitir conhecimento, mas, também, fornecer aos alunos as ferramentas necessárias para que produzam seu próprio conhecimento, de acordo com o contexto no qual estão inseridos.

O nosso objetivo geral foi: avaliar possíveis desafios de alunos formandos em licenciatura em ciências biológicas com a educação de jovens e adultos. Como objetivos específicos buscamos entender, na qualidade de alunos em ciências biológicas, o contexto e realidade como campo de trabalho, bem como desenvolver competências e habilidades próprias do fazer professor no estágio supervisionado junto as escolas públicas desenvolvendo reflexão sistematizada a partir de referências da área.

Face ao exposto este trabalho fiz uma exposição da vivência didática - pedagógica em salas de aula de educação de jovens e adultos (EJA) na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Félix Araújo (Campina Grande-PB) no

período de 03/08/2011 a 28/11/2011 na perspectiva de conhecer desafios enfrentados por professores de biologia nesta modalidade de ensino.

1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – UM BREVE HISTÓRICO

A história da alfabetização de jovens e adultos no Brasil tem sido construída por dois tipos de movimentos. O primeiro deles é constituído pelo próprio grupo de mandatário dessa educação, aqueles que não tiveram a oportunidades de passar por processos de escolarização regulares. São milhões de brasileiros que nunca estudaram ou estudam pouco, impedidos de participarem no mundo letrado de forma competente, excluídos de processos mais amplos de participação social. Demandam um direito, demandam a responsabilidade da sociedade por algo que não tiveram acesso, não por vontade própria, mas por não encontrarem condições sociais para realizar esse direito.

O outro movimento é o dos educadores de jovens e adultos. É formado por um conjunto de atores sociais – pessoas, grupos, movimentos, órgãos públicos e privados – que se dedicam a enfrentar essas demandas sociais. Não é um movimento articulado nas suas práticas e nas suas concepções. Mas é um movimento articulado na vontade política de corrigir uma injustiça social.

Estes dois caminhos, o da demanda e o da oferta, tem produzido uma infinidade de experiências que vem constituindo a história da educação de Jovens e Adultos no Brasil.

Alfabetizar jovens e adultos existe desde a época da colonização do Brasil, as poucas escolas existentes era pra privilégio das classes média e alta, nessas famílias os filhos possuíam acompanhamento escolar na infância; não havia a necessidade de uma alfabetização pra jovens e adultos, as classes pobres não tinham acesso a instrução escolar e quando a recebiam era de forma indireta, de acordo com Ghiraldelli Jr. (2008, p. 24) a educação brasileira teve seu início com o fim dos regimes das capitanias, ele cita que:

A educação escolar no período colonial, ou seja, a educação regular e mais ou menos institucional de tal época, teve três fases: a de predomínio dos jesuítas; a das reformas do Marquês de Pombal, principalmente a partir da expulsão dos jesuítas do Brasil e de Portugal em 1759; e a do período em que D. João VI, então rei de Portugal, trouxe a corte para o Brasil (1808-1821).

Mesmo tendo seu início com o fim dos regimes das capitânicas, a educação é algo restrito somente a classe dominante, pois o único interesse era capacitar os jovens e adultos para o trabalho nas indústrias.

Em 1882, Rui Barbosa, baseado em exaustivo diagnóstico da realidade brasileira da época, denunciava a vergonhosa precariedade do ensino para o povo no Brasil e apresentava propostas de multiplicação de escolas e de melhoria qualitativa de Ensino.

Um dos precursores em favor da alfabetização de jovens e adultos foi Paulo Freire, pois foi no fim dos anos de 1950, que ele propôs uma nova pedagogia, que levava em conta a vivência e a realidade do educando, que deveria ser um participante ativo no processo de educação. Apesar de estar encarregado de desenvolver o Programa Nacional de Alfabetização de Adultos, com o golpe militar de 1964 Freire foi exilado e um programa assistencialista e conservador foi criado: o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). Seu objetivo era apenas a alfabetização funcional – sem apropriação da leitura e da escrita – de pessoas de 15 a 30 anos. Freire tinha como objetivo uma educação democrática e libertadora, ele parte da realidade, da vivência dos educandos, segundo Aranha (1996, p.209):

Ao longo das mais diversas experiências de Paulo Freire pelo mundo, o resultado sempre foi gratificante e muitas vezes comovente. O homem iletrado chega humilde e culpado, mas aos poucos descobre com orgulho que também é um “fazedor de cultura” e, mais ainda, que a condição de inferioridade não se deve a uma incompetência sua, mas resulta de lhe ter sido roubada a humanidade. O método Paulo Freire pretende superar a dicotomia entre teoria e prática: no processo, quando o homem descobre que sua prática supõe um saber, conclui que conhecer é interferir na realidade, de certa forma. Percebendo – se como sujeito da história, toma a palavra daqueles que até então detêm seu monopólio. Alfabetizar é, em última instância, ensinar o uso da palavra.

Com o crescimento da indústria no Brasil, surgiu então a grande necessidade de se ter uma mão de obra capacitada para atender a demanda, daí surgiu a necessidade de alfabetizar os trabalhadores e isso contribuiu para a criação destas escolas para adultos e adolescentes. Um outro fator, muito comum, é que também com a ampliação destas escolas, favoreceu a base eleitoral de muitos políticos, pois o voto era apenas para homens alfabetizados.

Na década de 40 o governo lançou a primeira campanha de Educação de adultos, tal campanha propunha alfabetizar os analfabetos em três meses. Esse processo sofreu muita crítica e foi neste momento que Paulo Freire desenvolveu um programa nacional de alfabetização de adultos, porém com o golpe militar o trabalho de Freire foi visto como ameaça ao regime; assim a EJA volta a ser controlado pelo governo que cria o MOBRAL, (FERREIRO, 2001, p.16).

1.1 Projeto MOBRAL

Durante o denominado regime militar, surgiu um movimento de alfabetização de adultos e jovens, que tinha como objetivo erradicar o analfabetismo, chamado MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização. O método adotado tinha como meta ensinar o ato de ler e escrever, e era muito parecido como o método de Paulo Freire, pois usava algo como codificações, cartazes com famílias silábicas, quadros, fichas, etc. O diferencial consistia no fato de que era algo mecânico, ou seja, ensinava-se o ato de ler e escrever, mas, não se preocupava com o senso crítico dos educandos. Preparava-se mão de obra qualificada, mas sem uma consciência crítica.

A respeito do MOBRAL; Bello (1993, p.11) cita que:

O projeto MOBRAL permite compreender bem esta fase ditatorial por que passou o país. A proposta de educação era toda baseada aos interesses políticos vigentes na época. Por ter de repassar o sentimento de bom comportamento para o povo e justificar os atos da ditadura, esta instituição estendeu seus braços a uma boa parte das populações carentes, através de seus diversos Programas.

O MOBRAL distanciava-se totalmente do pensamento proposto por Paulo Freire, pois tinha como objetivo principal atender aos interesses políticos dos governos militares e a necessidade do mercado de criar mão de obra de baixo custo.

Para atingir tal objetivo, o MOBRAL contava com recursos financeiros e previa a organização de comissões municipais, que seriam os responsáveis pelo cumprimento das atividades, pelo controle e supervisão pedagógica e também pela confecção do material didático. O MOBRAL só foi extinto no ano de 1985, com o fim da ditadura militar e a reabertura política à democracia, após a verificação da ineficiência do programa, que foi então substituído pela Fundação EDUCAR (Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos).

A Fundação EDUCAR apresentava como objetivo principal o fortalecimento das ações dos Municípios e Estados para que assumissem a responsabilidades pela oferta do Ensino Supletivo de 1º grau. Em consonância a essas ações, no plano internacional, aconteceu em Tóquio, em 1972, a III Conferência Internacional sobre Educação de Adultos. Tal Conferência se caracterizou pelas discussões que apontavam a concepção de suplência da educação de adultos, tendo como foco a reinserção dos analfabetos ao sistema formal de escolarização.

Em 1985, o MOBRAL findou – se, dando lugar a Fundação EDUCAR que apoiava técnica e financeiramente as iniciativas de alfabetização existentes, nos anos 80 difundiram – se várias pesquisas sobre a língua escrita que de certa forma refletiam na EJA, com a promulgação da constituição de 1988 o Estado amplia o seu dever com a Educação de Jovens e Adultos.

1.2 Centro de Estudos Supletivos

No Brasil, o Ensino Supletivo foi regulamentado no ano de 1971, por meio da Lei 5692. Na referida legislação o Ensino Primário e Ginásial transformou-se em Ensino de 1º grau, com oito anos de duração. Nessa legislação, a educação de jovens e adultos teve um capítulo próprio que apresentava as condições básicas para a consolidação da Educação Supletiva (ARANHA, 2006).

Um dos componentes mais significativos do atendimento de adultos preconizado pela Lei 5692/71 àqueles que não haviam realizado ou completado na idade própria a escolaridade obrigatória foi a flexibilidade. Prevista na letra da lei, ela se concretizou na possibilidade de organização do ensino em várias modalidades: cursos supletivos, centros de estudo e ensino a distância, entre outras. Nos cursos, frequentemente vigoraram a seriação, a presença obrigatória e a avaliação no processo; sua característica diferencial é a aceleração, pois o tempo estipulado para a conclusão de um grau de ensino é, no mínimo, a metade do previsto para o sistema regular. [...] Além dessas modalidades, a Lei 5692 manteve os exames supletivos, como mecanismo de certificação [...]. (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001, p. 62).

Essa regulamentação da educação supletiva atendia ao duplo objetivo: o de recuperar o atraso dos que não puderam realizar a sua escolarização na etapa adequada, e ao de germinar a educação do futuro, em que a escola será

principalmente um espaço de sistematização de conhecimentos, antes que para sua transmissão.

Para cumprir esses objetivos de repor a escolarização regular, formar mão-de-obra e atualizar conhecimentos, o Ensino Supletivo foi organizado em quatro funções: Suplência, Suprimento, Aprendizagem e Qualificação (HADDAD E DI PIERRO, 2000, p.117).

1.3 Programa de Alfabetização Solidária

Em 1997, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso foi lançado o Programa de Alfabetização Solidária – ALFASOL, uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada em 1997, com a missão de reduzir os altos índices de analfabetismo e ampliar a oferta pública de Educação de Jovens e Adultos no Brasil (EJA). Baseava-se no sistema de parcerias com instituições de ensino superior (IES), iniciativa privada, pessoas físicas e governos municipais, estaduais e federal, por meio das secretárias e do Ministério da Educação.

Este Programa era desenvolvido pelo Conselho da Comunidade Solidária do Governo Federal, que tinha como objetivo alfabetizar jovens e adultos nas cidades com maior índice de analfabetismo em conformidade com os dados do IBGE (1990). Tinha o status de organização não governamental, com atuação reconhecida pela Unesco que, em 1999, lhe concedeu o prêmio de “Iniciativas Bem-Sucedidas” na área de educação. Jovens na faixa etária de 12 a 18 anos eram o principal alvo do programa, que também aceitava adultos interessados em participar (MENEZES, 2001).

Em novembro de 1998, foi criada a Associação Alfabetização Solidária. Com estatuto próprio, a Associação passou a ser responsável pelo gerenciamento da ALFASOL. A constituição da entidade proporcionou maior autonomia para a captação de recursos e agilidade no gerenciamento das atividades. Todo o trabalho era desenvolvido com base em parcerias mantidas com o Ministério da Educação, empresas, pessoas físicas, organizações, governos municipais e estaduais, instituições de ensino superior e outras (KLEIMAN 2001, p. 72).

Em doze anos de atuação a ALFASOL procurou articular diferentes experiências mediante atuação em vários programas. Propôs uma educação voltada

para o respeito aos direitos e para a superação das situações de violações, apresentadas pelas realidades em que atua e o primeiro deles é a alfabetização de jovens e adultos (DOURADO, 2001, p. 23).

1.4 PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

Em 1998, com o objetivo de atender às populações nas áreas de assentamento, foi fundado o PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, que tinha como objetivo geral:

Fortalecer a educação nas áreas de Reforma Agrária estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para a especificidade do campo tendo em vista contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável. (PRONERA, Manual de Operações, 2004, p. 17).

O programa, era praticamente uma continuação do Programa Alfabetização Solidária, contudo, focado mais diretamente as áreas de reforma agrária. O diferencial deste programa era que, enquanto no Programa Alfabetização Solidária, os alfabetizadores eram jovens que cursavam o ensino médio, magistério ou a 8ª série do ensino fundamental, no PRONERA os educadores são do próprio assentamento que recebiam formação para atuarem nas salas de aula, no processo de alfabetização e escolarização dos assentados. Além disso, o PRONERA entendia a importância da Formação Continuada dos educadores para cada vez mais estes estarem preparados para a atuação e se desenvolverem com seus alunos (PRONERA, 2004).

Uma característica inovadora deste programa e o que o diferencia da educação convencional é a valorização do trabalho coletivo, pois os educadores buscam soluções e melhores formas para garantir que a aprendizagem aconteça. Sempre envolvendo a participação ativa dos educandos que sentem ainda mais vontade de estudar e assim há uma readequação da proposta bem como a avaliação contínua do projeto, para que todos reflitam sobre suas ações.

Freire (1996) afirma que “ensinar exige a convicção de que mudar é possível” (1996, p.76), sendo assim o educador deve ter plena convicção de que a mudança é difícil, mas é possível quando se acredita nela e com isso o educador deve se

comprometer com o aluno, respeitando o seu saber, proporcionando atividades que partem de sua realidade.

O processo educativo busca valorizar o conhecimento, cultura e saber de cada aluno, relacionando muitas vezes as atividades com a própria vivência do aluno, e com isso o aluno se torna mais reflexivo e se percebe participante do seu meio, procurando fazer com que o aluno se torne mais crítico sobre a realidade em que vive, e possa intervir de forma mais eficiente.

1.5 PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

Como já escrevemos anteriormente, a LDB de 1971 limitava o dever do Estado em oferecer ensino a crianças de 7 a 14 anos, porém reconhecia a educação de adultos como direito de cidadania. Em 1974, foi implantado o CES (Centro de Estudos Supletivos), que dava oportunidade de uma certificação rápida, mas superficial, com um ensino tecnicista e auto instrucional.

A década de 1980 foi marcada pelo desenvolvimento de projetos e pesquisas na área da alfabetização de adultos. Em 1988, a Constituição passou a garantir o Ensino Fundamental gratuito e obrigatório para todos.

A importância da EJA passou a ser reconhecida em vários países devido às conferências organizadas pela Unesco nos anos 1990. A partir de então, surgiu no Brasil uma mobilização nacional no sentido de diagnosticar metas e ações de EJA. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) garante igualdade de acesso e permanência na escola e ensino de qualidade, além da valorização da experiência extraescolar. Garante ainda Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso a ele na idade própria. O antigo ensino supletivo passou a se chamar Educação de Jovens e Adultos – EJA – e ganhou um sentido mais amplo: preparar e inserir ou reinserir o aluno no mercado de trabalho.

Em 2000, o Conselho Nacional de Educação estabeleceu, no Parecer nº 11, (das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos), as funções e as bases legais da EJA fundamentadas na LDB, nos Parâmetros Curriculares Nacionais e nas Diretrizes Curriculares Nacionais. O Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005, institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos –

PROEJA, abrangendo a formação inicial e continuada de trabalhadores e a Educação Profissional Técnica de nível médio, (BRASIL, 2004).

O PROEJA pretende contribuir para a superação do quadro da educação brasileira explicitado pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-; PNAD divulgados, em 2003, que 68 milhões de Jovens e Adultos trabalhadores brasileiros com 15 anos e mais não concluíram o ensino fundamental e, apenas, 6 milhões (8,8%) estão matriculados em EJA.

A partir desses dados e tendo em vista a urgência de ações para ampliação das vagas no sistema público de ensino aos jovens e adultos, o Governo Federal instituiu, em 2005, no âmbito federal o primeiro Decreto do PROEJA nº 5.478, de 24 de junho de 2005, em seguida substituído pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, que introduz novas diretrizes que ampliam a abrangência do primeiro com a inclusão da oferta de cursos PROEJA para o público do ensino fundamental da EJA.

A partir deste contexto, o PROEJA tem como perspectiva a proposta de integração da educação profissional à educação básica buscando a superação da dualidade trabalho manual e intelectual, assumindo o trabalho na sua perspectiva criadora e não alienante. Isto impõe a construção de respostas para diversos desafios, tais como, o da formação do profissional, da organização curricular integrada, da utilização de metodologias e mecanismos de assistência que favoreçam a permanência e a aprendizagem do estudante, da falta de infraestrutura para oferta dos cursos dentre outros.

1.6 Programa Brasil Alfabetizado

Em 2003, o governo Lula lançou o PBA - Programa Brasil Alfabetizado, que dá ênfase ao voluntariado, apostando na mobilização da sociedade para resolver o problema do analfabetismo. O que se deve notar é que enquanto o Programa Alfabetização Solidária sofreu críticas por utilizar práticas superadas, como o assistencialismo, o Governo Federal usou os mesmos mecanismos quando integrou ao Brasil Sem Miséria, levando apoio técnico para estabelecer e garantir continuidade nos estudos, sempre com foco na educação como maneira de combater as desigualdades socioeconômicas.

De forma legal, o PBA – Programa Brasil Alfabetizado - é um programa que foi criado em 2003 pelo governo federal através do MEC – Ministério da Educação –

com a chancela da UNESCO. O programa foi criado, segundo o então Ministro Cristovam Buarque, e posteriormente ampliado pelo ministro Fernando Haddad em 2007, o programa é, atualmente, instituído pelo Decreto 6.093/2007. Adicionalmente aos decretos de instituição do programa, este encontra amplo amparo em outros mecanismos legais como a própria Constituição Federal em seu artigo 208º bem como, na definição dos direitos sociais de cada cidadão definidos nesta carta.

O PBA é um conjunto de força para acabar com o analfabetismo, garantindo o direito constitucional que todo cidadão brasileiro possui de acesso à educação e, conseqüentemente, de ler e escrever – erradicar o analfabetismo no Brasil. Diante de um cenário completamente pavoroso, o de 30 milhões de analfabetos funcionais maiores de 14 anos, o PBA é a resposta governamental para combater o problema. Criado pelo governo federal, o PBA encontra no MEC o responsável pela sua execução. Este fornece, através de suas secretarias e projetos, os mecanismos para execução do PBA.

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do Ministério da Educação (SECAD/MEC) é o departamento, dentro do órgão, responsável pela coordenação e gestão do programa no país. Já o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – é responsável por efetuar as transferências dos recursos financeiros, analisar toda prestação de contas e, ainda, efetuar o pagamento das bolsas-benefício mensalmente.

A base de operação do programa é o Município. A participação da União no PBA se dá como sendo prioritariamente na forma de apoio técnico e/ou financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios que venham a aderir ao programa.

Primeiramente, o MEC efetua um processo de seleção entre os estados da federação. Esta seleção é feita através da análise do PPA – Plano Plurianual de Alfabetização –, da identificação da taxa de analfabetismo do estado ou região e dos limites financeiro/operacionais disponíveis para ações de alfabetização. O apoio financeiro dado pela União poderá ser utilizado para diferentes fins, todos relacionados ao PBA (bolsa para alfabetizadores, coordenadores, transporte de alfabetizandos, aquisição de material escolar, material pedagógico, assistência técnica ao programa, e outros).

Para o reconhecimento do esforço empreendido pelos municípios em suas ações de erradicação do analfabetismo, o PBA institui 2 selos de certificação – Selo Município Livre do Analfabetismo e o Selo Município Alfabetizador -, bem como a

Medalha Paulo Freire dada a uma pessoa ou instituição que, notoriamente, tenha contribuído no esforço para a universalização da alfabetização no Brasil.

Desta forma, o PBA desde então é parte integrante da política de Educação de Jovens e Adultos (EJA), sendo considerado a porta de entrada para o ensino fundamental de jovens, adultos e idosos. É desenvolvido em todo o território nacional, por meio da transferência de recursos financeiros, em caráter suplementar, aos entes federados que aderem ao Programa e por meio do pagamento de bolsas-benefício a voluntários que atuam como professores de alfabetização, coordenadores de turmas e tradutores-intérpretes de libras - Língua Brasileira de Sinais (BRASIL, 2012).

2 EJA NA ATUALIDADE E SEUS DESAFIOS

2.1 Observância da Legislação

O desafio imposto para a EJA na atualidade se constitui em reconhecer o direito do jovem/adulto de ser sujeito; mudar radicalmente a maneira como a EJA é concebida e praticada; buscar novas metodologias, considerando os interesses dos jovens e adultos; pensar novas formas de EJA articuladas com o *mundo do trabalho*; investir seriamente na formação de educadores; e renovar o currículo – interdisciplinar e transversal, entre outras ações, de forma que esta passe a constituir um direito, e não um favor prestado em função da disposição dos governos, da sociedade ou dos empresários, (LOPES, 2000, p.32).

Vale ressaltar que a Educação é um direito básico de todo cidadão, garantido por lei. Conforme a Constituição Federal Brasileira, em seu artigo 205º:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Em consonância com a Constituição, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece no seu artigo 4º que "O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de ensino, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria", (BRASIL, 1996).

No seu artigo 37º, refere-se à educação de jovens e adultos determinando que "A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria". No inciso 1º, deixa clara a intenção de assegurar educação gratuita e de qualidade a esse segmento da população, respeitando a diversidade que nele se apresenta.

Ao se pronunciar sobre a Educação de Jovens e Adultos é interessante retomar o referido artigo, pois embora a Lei seja clara e específica, faz-se

necessárias medidas mais eficientes com o intuito de reverter a situação de uma parcela significativa da população que foi ou ainda está excluída ou evadida do processo de escolarização.

De acordo com Gagno e Portela (2013), “A garantia de acesso e permanência com sucesso para estudantes de EJA deve ser o objetivo de toda a sociedade, e isso só será possível na medida em que as diferenças forem respeitadas”.

Para avançar na perspectiva de um direito efetivado é preciso superar a longa história de paralelismo, dualidade e preconceito que permeou a sociedade brasileira e as políticas educacionais para a EJA. Neste sentido, consoante a colaboração recíproca e a gestão democrática, a avaliação necessária das políticas implica uma atualização permanente em clima de diálogo com diferentes interlocutores institucionais comprometidos com a EJA, (CURY, 2000, p. 53).

A educação de jovens e adultos que conhecemos hoje traz as marcas de vários avanços conquistados, primeiramente na Constituição de 1988, em que o ensino fundamental foi estabelecido como direito público subjetivo, inclusive para os que não tiveram oportunidade de cursá-lo ou concluí-lo na ‘idade própria’ e depois na Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 5694/96), em que se garante a “oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência escola”, (BRASIL 1996).

Assim, além de ser direito de todo jovem e adultos independentemente de idade, a LDB estabelece a educação de jovens e adultos como uma modalidade da educação básica regular que deve se adequar às necessidades de aprendizagem e disponibilidades dos educandos entendidos predominantemente como trabalhadores.

No parecer (CNE/CEB nº 11/2000) que o Conselheiro Jamil Cury elaborou para fundamentar a Resolução do Conselho Nacional de Educação, que trata das Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos, há uma definição que nos permite entender melhor a natureza e especificidade da EJA.

Segundo o relator:

“A EJA é uma modalidade da educação básica, nas suas etapas fundamental e média. O termo modalidade é diminutivo latino de *modus* (modo, maneira) e expressa uma medida dentro de uma forma própria de ser. Ela tem, assim, um perfil próprio, uma feição especial diante de um processo considerado como medida de referência. Trata-se, pois, de um modo de existir com característica própria”.

Precisamos entender que a alfabetização não é só um processo que leva ao aprendizado das habilidades de leitura entre outras, mas sim a uma contribuição para a liberdade de expressão do homem em seu pleno desenvolvimento. Alfabetizar é propiciar condições aos jovens e adultos para ter acesso ao mundo da escrita tornando-a capazes não só de ler e escrever como de se comunicar na sociedade. Nesse sentido, poder-se-ia embasar em Paulo Freire (2005, p.30) que assim nos fala, em particular sobre a alfabetização de adultos:

Se antes a alfabetização de adultos era tratada e realizada de forma autoritária centrada na compreensão mágica das palavras doadas pelo educador aos analfabetos, se antes os textos geralmente oferecidos como leitura aos alunos escondiam muito mais do que revelavam a realidade; agora pelo contrário, a alfabetização como ato de conhecimento, como ato criador e como ato político e um espaço de leitura do mundo e da palavra.

Pois bem, isto se constitui em um grande desafio para o professor, pois ele precisa entender o ensino da EJA não pode ser desenvolvido dentro dos moldes do ensino regular. Ele tem diante de si um grande desafio pedagógico que se torna duplo pelo fato de ser uma classe de adultos no turno da noite, e que se constitui em: Classes heterogêneas; que impõe o seu ritmo; que exige flexibilidade e que o método de avaliação seja diferenciado, (CURY, 2000).

Portanto, o professor da EJA tem de considerar as condições específicas do aluno que participa das aulas. O professor da EJA vai lidar em sala de aula não com crianças despreocupadas e livres dos embates da vida, e sim, com o aluno adulto que trabalha, no mínimo oito horas diárias, e que teve pouco tempo para permanecer na escola quando deveria estar na idade adequada, segundo a Lei.

Esse aluno está marcado por um sistema de ensino que o marginalizou, pois não lhe proporcionou crescimento, como ser humano, menos ainda, como intelectual que associasse o conhecimento adquirido nos bancos escolares à prática propriamente dita. Diante deste quadro, o professor o protagonista desse objetivo

que, em concordância dos prescritos legais, deve proporcionar situações diversificadas de aprendizagem que contribuam para o exercício pleno da cidadania.

Mesmo com toda a legislação existente que dá suporte a prática de ensino na EJA, tanto a escola como o professor têm suas obrigações. A escola no uso de suas atribuições sociais, precisa considera-los pessoas capazes de desenvolver sua cidadania com possibilidade de conviver e participar do meio social em que vive.

Para o nosso entendimento, com relação ao professor o seu grande desafio consiste: Ajudar o aluno a perceber os conhecimentos que já fazem parte da sua vida e sua importância no processo educativo; Auxiliar no processo de apropriação, construção e transformação do conhecimento; Auxiliar o aluno na constituição de uma visão crítica do meio em que vive; Mediar e orientar o aluno na direção da modernidade e na busca de soluções para os seus problemas; Aprender com o aluno por meio de trocas de experiências a fim de reestruturar e sistematizar o conhecimento; Estabelecer vínculo afetivo com o aluno, a fim de estimular um ambiente de camaradagem, apoio e compreensão.

2.2 EJA e a Evasão Escolar

Em concordância com a literatura referente à evasão escolar é imprescindível o conhecimento da realidade dos estudantes, bem como dos fatores didáticos e pedagógicos que possivelmente estejam colaborando para a sua evasão. Sendo a evasão escolar um agravante social, visto que diversos fatores contribuem para o índice evasivo escolar, é necessário que a instituição escolar busque resgatar o aluno que permanece a margem da sociedade e desenvolva estratégias que impeçam a causa evasiva.

Considera-se que a evasão escolar acontece quando o aluno deixa de frequentar as aulas, sinalizando o afastamento das atividades escolares durante o ano letivo. Porém a escola como instituição socializadora e com profissionais capacitados, tem o compromisso de desenvolver estratégias pedagógicas condizentes com a realidade do aluno evasivo, a fim de resgatá-lo e assegurar a sua permanência até que finalize os seus estudos formais.

Segundo Azevedo (2011, p.05), o problema da evasão e da repetência escolar no país tem sido um dos maiores desafios enfrentados pelas redes do

ensino público, pois as causas e consequências estão ligadas a muitos fatores como social, cultural, político e econômico.

Portanto, diante do deste desafio, cabe então à escola, no cumprimento do seu papel histórico e social, resgatar esses conhecimentos e empregá-los na educação formal proporcionada ao estudante.

Há diversas variáveis interferindo no processo de evasão escolar. Muitas vezes, o estudante não deixa voluntariamente a escola. Faz isso por causa da família ou do trabalho. Também existe a questão da qualidade do curso oferecido. Falta pensar a EJA nas demandas de aprendizagem dessa clientela específica. É importante conhecer que a maioria dos estudantes que procuram concluir a educação formal, também carecem de qualificação profissional, e por isso, deve-se articular a formação deles com a educação continuada (IRELAND, 2009).

2.3 Formação do Professor de Biologia

Entre os desafios enfatizados na introdução deste trabalho acadêmico, estão as dificuldades encontradas no percurso da formação para se lidar com a modalidade da Educação de Jovens e Adultos e depois da formação, a busca incessante por capacitações que o qualifique para o mercado de trabalho.

Como estudante de ciências biológicas, observamos que durante toda a trajetória em sala de aula ocorreu como se fosse um treinamento, onde éramos ensinados a reproduzir conhecimentos criados por especialistas. Segundo Malucelli (2007, p.114) "(...) concebe-se a formação do professor como uma transmissão de conhecimentos e destrezas", ou seja, toda a bagagem de conhecimento é transmitida para os formandos, que necessariamente tem que dominar o que lhe foi repassado, ou seja, para esta autora os professores de biologia têm sido formados com uma visão muito simplória da educação.

Um outro problema na formação do docente em ciências biológicas diz respeito ao currículo, onde em nenhum momento se faz referência a uma modalidade de ensino tão complexa como a EJA. Para Gadotti e Romão (2010) o público dessa modalidade de ensino é formado por jovens e adultos trabalhadores e que já chegam na sala de aula com desgaste físico e mental, sentam-se e recebem uma carga de saberes totalmente desassociados de seu contexto. Para estes

autores, todo e qualquer currículo dos cursos de licenciatura deveriam atentar para a diversidade, autonomia e experiência de vida dos alunos da EJA que precisam ser levadas em consideração no trabalho docente.

No contexto mostrado acima, pode se tornar difícil para um professor recém formado fazer a diferença nessa modalidade, posto que segundo Freire (1996) um dos saberes necessários à formação diz respeito ao potencial de transformação social da educação. Assim, como o professor poderá ajudar a transformar o contexto social dos sujeitos de uma modalidade que ele não conhece? Sobre a qual pouco ou nada estudou?

Portanto, professores não devem ser simples reprodutores dos conhecimentos produzidos por outros profissionais, acima de tudo, deve ser alguém que além de deter e dominar o conhecimento, deve ser um profissional que saiba lidar com saberes relacionados à individualidade dos seres humanos. Assim, para ser professor também é preciso ser sensível às questões pessoais e sociais dos alunos. (LIBÂNEO; PIMENTA, 1999).

Com respeito ao currículo:

[...] estruturar currículos especificamente dirigidos à formação do professor [...]. Os cursos deveriam enfatizar os conteúdos que o professor teria que ensinar; proporcionar uma sólida compreensão dos conceitos fundamentais; familiarizar o professor com o processo de raciocínio que subjaz à construção dos conhecimentos; ajudar o professor a expressar seu conhecimento com clareza; permitir conhecer as dificuldades previsíveis que os alunos encontrarão ao estudar tais matérias etc. (GIL-PÉREZ; CARVALHO, 2003, p.70).

Dessa forma entendemos o currículo não apenas listas de assuntos que temos de assimilar, e sim, deveriam também levantar reflexões a respeito de quem são os alunos os quais temos que enfrentar em sala de aula. Durante o meu estágio em uma turma da EJA, percebi há grande necessidade de formação específica para poder trabalhar nessa modalidade de ensino. Di Pierro (2003, p. 18) mostra que são poucos os cursos de licenciatura que procuram habilitar professores para essa modalidade específica, ou “até mesmo que contemplem em seu currículo conteúdos referidos a esse ciclo de vida e suas necessidades específicas de aprendizagem”.

Desta forma, surge o segundo desafio, ou seja, terminou o curso de licenciatura, que é basicamente teórico, agora buscar um outro curso de formação inicial (teórico-prático) nesta modalidade, buscando subsídios e conhecimento sobre

questões pertinentes aos sujeitos envolvidos nessa etapa, para poder se adequar ao mercado de trabalho.

3.1 ESTÁGIO SUPERVISIONADO COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA

A importância do estágio é introduzir o aluno na escola para observar o funcionamento, não o capacita para desvendar a complexidade desta. É fundamental que ele seja levado a conhecer e a refletir sobre o modo como tal realidade foi gerada, condição esta fundamental, mas não única para que venha a transformá-la pelo seu trabalho. (PIMENTA, 2010).

A atividade de estágio é uma etapa essencial para a formação do professor; é nela em que se tem contato com a realidade das escolas (estrutura curricular e hierárquica, políticas educacionais, atitudes de alunos e professores, etc), preparando o futuro docente por meio de atividades guiadas e oportunizando a aplicação dos conceitos até então discutidos dentro da universidade.

O Estágio Supervisionado na formação de professores tem sido alvo de grandes estudos que revelam suas dificuldades e seu potencial, gerando transformações na vida desses profissionais. “O estágio é o eixo central na formação de professores, pois é através dele que o profissional conhece os aspectos indispensáveis para a formação da construção da identidade e dos saberes do dia-a-dia” (PIMENTA; LIMA, 2010).

O Estágio Supervisionado de Prática Pedagógica em Ciências Biológicas tem sua importância no processo da formação profissional, pois proporciona ao acadêmico que está prestes a ingressar na docência, uma real aproximação da realidade profissional que o aguarda ao término da sua formação. É de grande relevância esse processo da formação docente, pois a partir dessa experiência os licenciandos se percebem como futuros professores, enfrentando pela primeira vez o desafio de conviver, falar e ouvir, com linguagens e saberes diferentes daqueles de seus campos específicos (PIMENTA, 2010).

É importante, de conformidade com a pesquisa desenvolvida para buscarmos a fundamentação do Estágio Supervisionado, descobrir e entender como os futuros professores de ciências biológicas, concebem a prática do Estágio Supervisionado na sua formação docente de acordo com a perspectiva de Pimenta e Lima (2004) que classificam as concepções do Estágio Supervisionado da seguinte maneira:

Estágio como imitação de modelos - A prática docente como uma simples reprodução da observação dos professores em aula, uma imitação dos modelos

“sem preceder a uma análise crítica fundamentada teoricamente e legitimada na realidade social em que o ensino se processa” (PIMENTA; LIMA, 2004, p. 36).

Estágio como instrumentalização técnica - Prática docente pautada na utilização de técnicas para execução de operações e ações próprias seria a prática pela prática, o que as autoras consideram como equívocos graves nos processos de formação profissional: “o emprego de técnicas sem a devida reflexão podem reforçar a ilusão de que há uma prática sem teoria ou de uma teoria desvinculada da prática” (PIMENTA; LIMA, 2004, p.37).

Estágio como pesquisa - Prática docente pautada na ação-reflexão- ação. Os licenciandos, futuros professores se colocam como pesquisadores da própria prática. Ao realizar o estágio, observam os contextos, mapeiam problemas, apresentam soluções, elaboram executam projetos refletem sobre o contexto real de ensino que lhe é apresentado: O estágio abre espaço para os professores orientadores proporem a mobilização de pesquisas para ampliar a compreensão das situações vivenciadas e observadas nas escolas, nos sistemas de ensino e nas demais situações ou estimularem, a partir desta vivência, a elaboração de projetos de pesquisa a ser desenvolvidos concomitantemente ou após o período de estágio (PIMENTA; LIMA, 2004, p. 51).

Pimenta e Lima (2004) consideram a concepção do estágio com pesquisa e a pesquisa no estágio como a ideal, pois essa é a que atende as exigências atuais do processo de ensino e aprendizagem.

No nosso caso, mais especificamente, a disciplina de prática de ensino das áreas das Ciências Naturais, deve promover a articulação dos saberes específicos com os pedagógicos, incorporando ao seu programa questões que se colocam tanto no campo educacional como na científica, sendo esse o caminho para a compreensão pelos futuros professores e da própria produção de conhecimento nas diferentes áreas. Dentro do estágio supervisionado temos o que chamamos de pesquisa de ensino, ou seja as observações, pesquisas de aprendizagem onde verificamos como é o aprendizado do aluno, para tentar definir algumas premissas na escolha de temas que formam o domínio da matéria a ser trabalhada no estágio (ROSA, 1999).

Segundo Carvalho (2001), quanto mais o professor dominar os saberes conceituais e metodológicos de seu conhecimento específico, mais facilmente ele será capaz de traduzi-los e interpretá-los buscando os conceitos e estruturas

fundamentais do conteúdo, visando o ensino nas escolas fundamental e média. O desenvolvimento do conhecimento e da identidade profissional do futuro professor são nos primeiros anos da profissão docente e são muito importantes, sendo muitos os aspectos bem conseguidos na maneira como os jovens professores se relacionam na atividade do estágio supervisionado nas escolas o que se atribui ao fato do estágio constituir uma experiência reconhecida pelos novos professores (PONTE et al., 2001).

3.2 Breve Caracterização dos Sujeitos

A disciplina Práticas Pedagógicas em Ciências Biológicas VIII foi desenvolvida no Colégio Estadual de Ensino Fundamental e Médio Félix Araújo (Estadual da Liberdade), localizado no município de Campina Grande. Este funciona nos períodos matutino, vespertino e noturno, sendo o ensino noturno o âmbito de desenvolvimento de nossa prática. A escola dispõe de salas amplas, arejadas, com boa iluminação e equipadas com quadro branco; biblioteca, laboratório de ciências, equipado com vidrarias e material didático; quadra esportiva; sala de professores; secretaria; diretoria; banheiros em número suficiente para atender a demanda escolar e cozinha.

As turmas escolhidas para o desenvolvimento das atividades foram 1º, 2º e 3º ano Regular, além do 3º ano EJA. A professora supervisora realizou contato antes do início do período letivo com a coordenação da escola para receber os estagiários da disciplina, após confirmação e aceitação fizemos de início uma entrevista com o professor colaborador (anexo A) verificando que os horários disponíveis para as aulas se referiam aos do Ensino Médio.

Adotamos o mesmo livro da Escola Estadual “Biologia - Fundamentos da Biologia Moderna” (Amabis & Martho), editora Saraiva, 1997; livro no qual baseou-se todo o planejamento.

3.3 Cronograma de Atividades

Ao longo do semestre desenvolveu-se um cronograma de atividades (Quadro 1 e Quadro 2), onde os estagiários estavam presentes em todas as aulas. O planejamento foi discutido coletivamente, foram acompanhadas por todos os

membros da equipe que tiveram oportunidade para realizar questionamentos e discussão a respeito do conteúdo e a metodologia de ensino da Biologia.

Quadro 1 – Períodos dos encontros e planejamento das atividades. 2011.

ATIVIDADES REALIZADAS			
ENCONTROS			
1º Encontro 03/08/2011	Organização dos trabalhos e divisão das duplas	Distribuição dos estagiários entre os orientadores; informes e orientações a respeito dos estágios; e instruções para os novos estagiários para realizar as aulas de ensaio.	
2º Encontro 10/08/2011	1ª aula de ensaio. Componentes químicos da célula (José Ribamar)		
3º Encontro 17/08/2011	2ª aula de ensaio. Sistema Excretor (Ana Márcia)	A estagiária apresentou a aula de forma clara e sucinta, criou um clima agradável na sala o que facilitou a exposição do conteúdo.	
4º Encontro 24/08/2011	Reconhecimento do local de Estágio.	Visita a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Félix Araújo.	

Quadro 2 – Cronograma e conteúdos programáticos das aulas. 2011.

AULAS		
1ª semana de aula 31/08/2011	1ª aula – 1º ano G Divisão Celular/Interfaces Marcia Michele	Ciclo da interfase - Conhecer as fases do ciclo celular; - Entender o que é Interfase; - Compreender suas fases e curiosidade.
	2ª aula – 1º ano G Divisão Celular/Mitose Claudia Nieves	Mitose - Conhecer os tipos de divisão celular; - Compreender as características principais da mitose; - Entender as fases da mitose.
	3ª aula – 2º ano E Introdução a Ecologia Danyely Marinho	Introdução a Ecologia - Conceituar Ecologia; - Conhecer os conceitos importantes para o estudo da ecologia; - Reconhecer o nível trófico dos seres vivos; - Diferenciar cadeias de teias alimentares; - Compreender os tipos de pirâmides.
07/09 /2011	FERIADO	DIA DA INDEPENDENCIA
2ª semana de aula 14/09/2011	1ª e 2ª aula - 2º ano E Filo Porífero Monaliza Lucena	Filo Poríferos - Identificar as principais características gerais dos poríferos; - Abordar a organização corporal, quanto aos tipos de células; - Identificar os tipos de classes de poríferos; - Analisar a classificação e os tipos de reprodução dos poríferos.
	3ª aula – 3º ano EJA Introdução a Ecologia Marilena Marques	Introdução a Ecologia - Conhecer os principais conceitos para o estudo de ecologia; - Abordar como ocorre a competição entre as espécies.

3ª semana de aula 21/09/2011	1ª aula – 2º ano E Filo Cnidário Tiago Araújo	
	2ª aula – 2º ano E Filo Platelminhos Maria Tanieri	
	3ª aula – 3º ano EJA Introdução a Ecologia Marilena Marques	Continuação de Ecologia - Diferenciar cadeias de teias alimentares; - Reconhecer os níveis tróficos de uma cadeia alimentar.
4ª semana de aula 28/09/2011	1ª e 2ª aula – 2º ano E Filo Nematelmintos Suenny	-----
	-----	-----
	3ª aula – 3º ano EJA ----- Ana Márcia	-----
05/10/ 2011	Semana de Avaliação	3º Bimestre
12/10/20 11	FERIADO	Dia das Crianças

5ª semana de aula 19/10/2011	1ª aula – 2º ano E Doenças causadas por Nematelmintos Claudia Nieves	Doenças Nematelmintos - Identificar as causas que levam crianças à morte por <i>Acares lumbricóide</i> ; - Ressaltar a importância de medidas preventivas quanto a Ancilostomose; -Compreender como ocorre a contaminação pelo mosquito cúlex; - Identificar os sintomas e a forma se prevenção quanto ao bicho-geográfico.
	2ª aula - 2º ano E Filo Molusca Danyely Marinho	Filo Molusca - Conhecer as características gerais dos Moluscos; -Identificar as classes dos moluscos; - Identificar as estruturas corpóreas
	3ª aula – 3º ano EJA ----- Márcia Micheli	-----
26/10/ 2011	Paralisação dos professores das Escolas Públicas	Primavera no Campus, evento realizado pelo CCBS na UEPB.
02/ 11/ 2011	FERIADO	Dia dos Finados
6ª seman a de	1ª e 2ª aula - 2º ano E Filo Molusco Marina Tanieri	-----

	3ª aula – 3º ano EJA Ciclo do Carbono Marilena Marques	-----
7ª semana de aula 16/11/2011	Avaliação – 2º ano E Elaboração Claudia Nieves	Poríferos e Celenterados A avaliação continha: 3 questões objetivas e 3 subjetivas, Sendo três referentes aos poríferos e três aos Cnidários
	Avaliação – 3º ano EJA Elaboração José Ribamar	Introdução à ecologia Conceitos gerais Cadeia alimentar Teia alimentar e pirâmides.

8ª semana de aula 23/11/2011	Recuperação – 2º ano E Elaboração Tiago Araújo	Poríferos e Celenterados
	Recuperação – 3º ano EJA Elaboração Marilena Marques	Introdução à ecologia
28/11/2011	Entrega dos Relatórios	<ul style="list-style-type: none"> - Professora Orientadora – Marcela Tarciana - Coordenação do CCBS - PROEG

3.4 Recursos Metodológicos

Durante todo o estágio da disciplina Prática Pedagógica em Ciências Biológicas VIII no período de 03/08/2011 a 28/11/2011 onde procurou-se estabelecer uma relação entre a teoria e a prática, demonstrando, assim, o quanto é enriquecedor e importante esta etapa na formação acadêmica e profissional do futuro docente.

Para início das atividades, o grupo de estagiários composto por 10 integrantes, foram divididos em 5 equipes de dupla. Os novos integrantes (Ana

Márcia e Ribamar) ministraram uma aula de ensaio na UEPB antes de irem a campo de estágio, com tema livre dentro dos conteúdos de Biologia do Ensino Médio.

De acordo com a divisão, a temática estabelecida para minha apresentação foi Introdução à Ecologia numa turma de 3º ano EJA. Dada à temática comecei a planejar a aula, preparei slides para a exibição de conceitos referentes à Ecologia.

No dia da apresentação estudei o material preparado, e busquei elaborar questões para problematização da temática. Durante a regência da aula eu estava bastante nervosa, pois era o nosso primeiro contato com a turma.

Após a apresentação a professora Marcela expôs suas observações, sugerindo melhorias para a aula, destacando principalmente a rapidez como a aula foi exposta e o fato de não ter montado a cadeia alimentar com turma. Mas para minha alegria não houve só críticas, a turma de estagiários juntamente com o professor colaborador elogiaram a minha postura de sala de aula. Foi um momento bastante enriquecedor, não só para mim, mas para todo o grupo de estagiários, visto que aprendíamos juntos a cada apresentação. Pode-se dizer que estes momentos foram fundamentais para o processo de aprendizagem, servindo como uma preparação para as aulas subsequentes.

A segunda aula foi realizada com a turma do 2º ano Regular, iniciei com o Filo Molusco. A aula foi exposta através de slides e houve bastante participação da turma. Um dos alguns momentos em que interagi com a turma foi quando perguntei para os alunos se eles tinham ideia porque o nome do Filo é Molusco. Alguns responderam que deveria se tratar de algum animal mole. Santos (2002) relata que no cotidiano de sala de aula os estudantes recorrem aos seus modelos prévios para explicar e refletir sobre as questões propostas nas atividades didáticas.

Na aula seguinte, Marina continuou a aula expondo um breve vídeo resumindo as classes dos moluscos e a constituição da concha e terminou o conteúdo.

Todas as aulas ocorreram junto aos demais estagiários, onde um dos integrantes das outras equipes avaliou o desempenho de cada apresentação, através de uma ficha. A supervisora da disciplina também avaliou o desempenho através de uma ficha. Na minha Primeira aula (Introdução à Ecologia), o professor Colaborador também me avaliou. Minhas apresentações foram: Introdução à Ecologia (slides, plano de aula, texto roteiro e exercício), e Filo Molusco (slides, plano de aula, texto roteiro e exercício).

A formação do professor não é só o saber em sala de aula, ele precisa conhecer as questões que envolvem a educação, conhecer o desenvolvimento do seu aluno nos seus múltiplos aspectos: afetivo, cognitivo, e social, bem como refletir criticamente sobre seu papel diante da sociedade.

Conclui-se que, a prática pedagógica é uma busca contínua da construção do saber, o que implica na constituição de uma conduta de vida profissional que nos conduzirá a um processo educativo reflexivo e aplicado a escola, e esta como promotora do desenvolvimento do processo educativo.

CONCLUSÃO

No primeiro capítulo deste trabalho dissertamos sobre, a história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil – EJA. Suas fases, seus propósitos, o modo como seus idealizadores pensaram cada parte do projeto e façanha política engendrada por trás de cada momento histórico.

No segundo capítulo refletimos sobre as dificuldades que enfrenta o docente de biologia em uma turma de EJA em uma escola pública.

E finalmente discorremos sobre a minha inserção na escola e no contexto das aulas de biologia os quais me geraram certa ansiedade, mas, como o apoio dos demais estagiários pude superar as expectativas, uma vez que estabelecemos de imediato, uma boa relação e convivência com os alunos, e estes colaboraram bastante nesse sentido.

Neste estudo os objetivos propostos foram cumpridos, pois o Estágio Supervisionado me proporcionou experiências que constituirão a base para a minha formação docente. Ter contato diretamente com a comunidade escolar constitui-se numa experiência bastante significativa para o discente em formação.

Através das diversas atividades pude aplicar os inúmeros conhecimentos adquiridos nas disciplinas ao longo da graduação. Assim, pude aplicar e desenvolver todas as informações e experiências adquiridas de forma árdua, porém com extrema gratificação, embora ainda não me considere apta e capaz de poder assumir a responsabilidade de estar na posição de mestre e educador.

Nessa fase pude entender plenamente o que é o fazer pedagógico, passando a compreender o papel de ensinar e, o mais importante, como ensinar com qualidade. Tudo isso foi feito com foco na criação e formação de competências e habilidades para o público específico, que procurei conhecer bem.

Nesta conclusão afirmamos que este trabalho contribuiu significativamente para a nossa formação docente na medida em que compreendemos que o educador da EJA deve ser um profissional de compromisso com a educação democrática que visa o aluno como um ser de capacidade de reflexão e não um sujeito que memoriza informações como também possibilita alegria e esperança para aqueles que buscam na sua formação o desejo de mudança da realidade social.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. A. **História da educação e da pedagogia: geral e do Brasil**. São Paulo: Moderna, 2006.

AZEVEDO, F. V. M. **Causas e consequências da evasão escolar no ensino de jovens e adultos na escola municipal “Exedito Alves”**- 2013. Disponível em: <http://webserver.falnatal.com.br/revista_nova/a4_v2> Acesso em 16 Ago. 2018.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 25 Ago. 2018

_____. **Resolução nº 44**. Promulgada em 5 de setembro de 2012. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/programa-brasil-alfabetizado>>. Acesso em 27 Ago. 2018

BELLO, J. L. P. **Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL. História da Educação no Brasil. Período do regime militar. Pedagogia em foco**, Vitória 1993, Disponível em <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb10a.html>>. Acesso em: 02 Set. 2018.

CERVO, Amado Luiz. BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. – 4 ed. São Paulo: Makron Books .2002.

CURY, C. J. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos**. Parecer nº 11, 07 de junho de 2000. Brasília: CNE/CEB. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf> Acesso em 16 Set. 2018.

DI PIERRO, M. C. **Seis anos de educação de jovens e adultos no Brasil: os compromissos e a realidade**. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

_____, M. C.; JÓIA, O.; RIBEIRO, V. M. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. **Caderno Cedes**, ano XXI, nº55, novembro/2001.

DOURADO, L. F. PARO, V. H. **Políticas públicas e educação básica**. / Luiz Fernandes Dourado, Vitor Henrique Paro (organizadores).- 1ª ed. São Paulo: Xamã, 2001.

FERREIRO, E. **Reflexão sobre alfabetização**; Tradução Horácio Gonzales (et. al.), 24ª ed. Atualizada. São Paulo: Cortez, 2001. – (coleção questões da nossa época; v. 14). Disponível em <<https://pedagogiaaopedaletra.com/reflexoes-sobre-alfabetizacao-emilia-ferreiro/>> Acesso em 02 Ago. 2018

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 34 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. **Pedagogia da Autonomia**. Paz e Terra. Petrópolis RJ, 1996; Disponível em PDF < <http://forumeja.org.br/files/Autonomia.pdf>> Acesso em 02 Set. 2018.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 28ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2005. Disponível em pdf <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/livro_freire_educacao_pratica_liberdade.pdf> Acesso em 02 Fev. 2018.

GAGNO, Roberta Ravaglio e PORTELA, Mariliza Simonete. **Gestão e Organização da Educação de Jovens e Adultos**: Perspectiva de Prática Discente. São Paulo, 2003.

GIL-PÉREZ, D.; CARVALHO, A. M. P. **Formação de professores de ciências**: Tendências e inovações. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GHIRALDELLI P. J. **História da educação brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: <<http://www.miniweb.com.br/Educadores/artigos/pdf/introdu-edu-bra.pdf>> Acesso em 02 Set. 2018.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, maio/ago. 2000.

IRELAND, T. **Precisamos desenvolver métodos que tratem educandos como adultos e fortaleçam sua autoestima**, Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/conteudoJornal.html?idConteudo=1477>> Acesso em 16 Set. 2018.

KLEIMAN, A. B. Programas de educação de jovens e adultos e pesquisa acadêmica: a contribuição dos estudos do letramento. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 27, n. 2, p. 199-213, jul/dez 2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003

LIBÂNEO, J. C.; PIMENTA, S. G. Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança. **Educação e Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 68, 1999.

LOPES, E. M. **500 anos de educação no Brasil**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MALUCELLI, V. M. B. Formação dos professores de ciências e biologia: reflexões sobre os conhecimentos necessários a uma prática de qualidade. **Estudos de Biologia: Ambiente e Diversidade**, Paraná, p.113-116, 2007.

Manual de Operações – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Brasília: 2004. Disponível em <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/programa_nac_educacao_reforma_agraria.pdf> Acesso em 27 de Ago. 2018.

MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H. Verbete Alfabetização Solidária. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/alfabetizacao-solidaria/>>. Acesso em: 27 de Ago. 2018.

MOURA, T. M. M. Formação de educadores de jovens e adultos: realidade, desafios e perspectivas atuais. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 5, n. 7, p. 45-72, jul./dez. 2009.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010. Livro em formato PDF. Disponível para download em: <<https://goo.gl/Ho2S7f>> Acesso em 16 out 2018.

PONTE et al. **O início da carreira profissional de jovens professores de matemática e ciências**. Revista de Educação. v.10, n.1, p.31-46, 2001.

RIBAS, M. S.; SOARES, S. T. **Formação de professores para atuar na educação de jovens e adultos: uma reflexão para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da prática docente**. In: SEMINÁRIO ANDEP SUL, 9. 2012, Rio Grande do Sul. **Anais** eletrônicos... Rio Grande do Sul: UCS, 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1026/448>>. Acesso: 06 Set. 2018.

RIBEIRO, V. M. **A formação de educadores e a constituição da educação de jovens e adultos como campo pedagógico**. **Educação & Sociedade**, Campinas, n. 68, p. 184-201, 1999.

ROSA, P.R.S. **O que é ser Professor? Premissas para a definição de um domínio da matéria na área do Ensino de Ciências.** Cad. Cat. Ens. Fís. v.16, n.2, p.195-207, 1999.

SCORZONI, M. F. M.; GOMES, C. F.; BUENO, S.M.V. **Os desafios da prática docente na contemporaneidade:** uma reflexão sobre os novos paradigmas da educação. São Paulo, 2010 p.3-4. Disponível em < <https://goo.gl/CFRizp>> Acesso em 28 Ago. 2018.

VARGAS, S. M; FANTINATO, M. C. C. B. Formação de professores da educação de jovens e adultos: diversidade, diálogo, autonomia. **Revista Diálogo em Educação**, Curitiba, v. 11, n. 34, p. 915-931, 2011.